



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ESCOLA JUDICIÁRIA DO PIAUÍ - EJUD

SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Informações Gerais:

- Este caderno é composto de OITO PÁGINAS, contendo CINQUENTA questões;
- NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO DO FISCAL DE SALA.

Instruções

- Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão-resposta: nome, número do CPF e número de inscrição. Se houver erro, notifique o fiscal;
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão-resposta, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, azul ou preta;
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada, no cartão-resposta.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato;
- O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado;
- Não haverá substituição de cartão-resposta.

Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique imediatamente o fiscal;
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão-resposta é de TRÊS HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão-resposta, entregue ao fiscal este caderno e o cartão-resposta.
- Nas salas de provas, os candidatos não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da coordenação da seleção pública.

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Na afirmação “Quem manda é o Superministro da Economia, porém ele é o Presidente”; a conjunção **porém** pode ser substituída por qualquer das conjunções abaixo indicadas, sem prejuízo semântico, EXCETO por:

- A) contudo.
- B) todavia.
- C) entretanto.
- D) mas.
- E) ademais.

2. Em qual das orações a partícula **que** tem valor de substantivo?

- A) Ele tem um quê de misterioso.
- B) Que bom este ar fresco.
- C) Que é isso?
- D) Ele disse que vinha.
- E) Ele que se cuide-se.

3. Indique a alternativa em que os termos preenchem corretamente as lacunas do texto abaixo:

Vieram..... pessoas ao velório do que as mulheres do

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto:

- A) menos - esperava - cerimonial.
- B) menos - esperavam - cerimonial.
- C) menos - esperava - cerimoniais.
- D) menos - esperavam - cerimonial.
- E) menos - esperavam - cerimoniais.

4. Qual das alternativas contém termos que completam corretamente as frases abaixo:

- I. Quem.... estes homens?
- II. A grande maioria, infelizmente,.... flamenguista.
- III. Estudar e trabalhar.... atividades nobres.
- IV. O Poder Judiciário..... responsável pelo julgamento dos processos.

- A) são - eram - são - é
- B) é - é - é - é
- C) são - é - são - é
- D) é - eram - é - são
- E) são - eram - é - são

5. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o emprego das normas para regência nominal e verbal nas frases dadas:

- () Aquele médico está **apto em** fazer a cirurgia.
- () O réu apresentou uma queixa **contra** o advogado.

() O menino **prefere** a bola **a** carrinhos.

() O diretor-geral, em relação ao funcionário, antipatizou **dele**.

De acordo com os exemplos dados, a sequência **CORRETA** é:

- A) (V), (F), (F), (V).
- B) (F), (V), (V), (F).
- C) (F), (V), (F), (F).
- D) (F), (F), (V), (V).
- E) (V), (F), (V), (V).

6. Embora Marcos tenha saído __ campo para testar suas ideias, seu experimento não tinha o mesmo rigor atual, em que não basta confirmar __ hipóteses – é preciso tentar negá-las. Se elas resistirem __ tentativa de refutação, temporariamente mantemos nossa crença.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- A) à ... às ... a
- B) a ... as ... a
- C) à ... as ... à
- D) a ... às ... à
- E) a ... as ... à

7. Dentre as características da certidão, quando expedida por órgãos públicos, apenas uma das apontadas abaixo NÃO lhe é peculiar:

- A) fé pública.
- B) forma verbal informativa direta.
- C) data do documento.
- D) verbo de certificação na terceira pessoa do singular.
- E) identificação do signatário.

8. Considerando que a primeira pessoa mencionada em cada alternativa abaixo é signatário de uma modalidade de correspondência oficial e a segunda o destinatário, indique a alternativa INCORRETA para saudar o destinatário:

- A) Desembargador – Juiz de Direito de entrância final: atenciosamente;
- B) Juiz de Direito – Secretário de Vara: atenciosamente;
- C) Secretário de Vara – Desembargador: atenciosamente;
- D) Juiz de Direito – Desembargador: respeitosamente;
- E) Juiz Leigo – Juiz de Direito: respeitosamente.

9. No âmbito da Administração Pública, conforme o Manual de Redação Oficial, a exposição dos resultados de atividades, quando apresentada a uma autoridade superior, com o propósito de cientificá-la da efetiva execução dos serviços, deve ser feita por meio de um(a):

- A) exposição de motivos.

- B) mensagem.
- C) relatório.
- D) ofício-circular.
- E) aviso.

10. Percebe-se que o texto tem coesão e coerência quando se verifica que as palavras, as frases e os parágrafos estão entrelaçados, dando continuidade uns aos outros. Analise as afirmativas sobre coesão e coerência textual e assinale a alternativa FALSA:

- A) Coesão e coerência favorecem a conexão, a ligação, a harmonia entre os elementos de um texto.
- B) Alguns mecanismos que estabelecem a coesão e a coerência de um texto são: referência, substituição, elipse e uso de conjunção.
- C) A referência é a colocação de um item lexical no lugar de outro(s) ou no lugar de uma oração.
- D) A elipse consiste na omissão de um termo recuperável pelo contexto.
- E) Outra estratégia utilizada para proporcionar coesão e coerência ao texto é utilizar conjunção para estabelecer ligação entre orações, períodos ou parágrafos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS/ CIÊNCIAS CONTÁBEIS

11. De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP / Estrutura Conceitual, uma das restrições inerentes à informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público é a:

- A) compreensibilidade.
- B) legalidade.
- C) materialidade.
- D) comparabilidade.
- E) tempestividade.

12. Com relação à Auditoria Interna, é correto afirmar que:

- A) não deve prestar assessoria à administração da entidade.
- B) deve buscar fundamentar as opiniões com testes substantivos, sempre que possível.
- C) deve ser autônoma e independente.
- D) não deve abrir seu relatório à auditoria externa, de forma a não comprometer a imparcialidade da última, nem o dever de sigilo da primeira.
- E) deve manter a objetividade, não podendo formular críticas.

13. Acerca da auditoria contábil, é incorreto afirmar que:

- A) Auditoria é uma técnica contábil.
- B) Os auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários estão subordinados às normas emanadas desta comissão, e

não mais à lei de regência da profissão contábil – Decreto-Lei 9.295/46.

- C) O auditor independente deverá conservar em boa guarda, pelo prazo mínimo de cinco anos ou por prazo superior, por determinação expressa da comissão, em caso de Inquérito Administrativo, toda a documentação, correspondência, papéis de trabalho, relatórios e pareceres relacionados com o exercício de suas funções.
- D) O auditor independente, para exercer atividade no âmbito do mercado de valores mobiliários, está sujeito ao registro na Comissão de Valores Mobiliários, regulado por Instrução.
- E) Não poderão realizar auditoria independente o Auditor Independente – Pessoa Física, os sócios e os demais integrantes do quadro técnico de Auditoria Independente – Pessoa Jurídica, quando ficar configurado, em sua atuação na entidade auditada, suas controladas, controladoras ou integrantes de um mesmo grupo econômico, infringência às normas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, relativas à independência.

14. Com relação ao Patrimônio Líquido, é incorreto afirmar que:

- A) As Ações em Tesouraria possuem direito a voto, mas não possuem direito a dividendos e devem ser registradas em conta credora no Patrimônio Líquido.
- B) Serão classificados como reservas de lucros as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia.
- C) Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.
- D) A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.
- E) No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

15. O Balanço Patrimonial de 31/12/2018 apresentava a seguinte composição para o Patrimônio Líquido da Empresa Tribunal S.A.:

- Capital Social:..... R\$ 4.000.000,00
- Reserva Legal:..... R\$ 760.000,00
- Reserva Estatutária:..... R\$ 200.000,00
- Reserva para Expansão:.....R\$ 120.000,00

O Lucro Líquido apurado em 2018 foi R\$ 1.200.000,00 e a empresa fez a seguinte destinação desse lucro líquido:

– Reserva legal: de acordo com a Lei no 6.404/76 e alterações posteriores.

– Reserva para Expansão aprovada pela assembleia: 10% do Lucro Líquido.

– Dividendos Mínimos Obrigatórios: o estatuto prevê 30% do Lucro Líquido ajustado nos termos da Lei no 6.404/76 e alterações posteriores.

Com base nestas informações, a quantia que a Empresa Tribunal S.A. apresentou no passivo como dividendos a distribuir e o valor total do Patrimônio Líquido, em 31/12/2018, foram, respectivamente, em reais:

- A) 348.000,00 e 5.932.000,00.
- B) 342.000,00 e 5.938.000,00.
- C) 1.040.000,00 e 5.240.000,00.
- D) 348.000,00 e 5.892.000,00.
- E) 312.000,00 e 5.968.000,00.

16. No patrimônio da empresa, qual dos exemplos abaixo é considerado um direito?

- A) Veículos.
- B) Estoque.
- C) Duplicatas a receber.
- D) Imposto a pagar.
- E) Máquinas e equipamentos.

17. Assinale a alternativa abaixo que indica uma conta que não integra a Demonstração do Resultado do Exercício.

- A) Receitas.
- B) Custo dos Produtos Vendidos, das Mercadorias Vendidas ou dos Serviços Prestados.
- C) Ajustes de Exercícios Anteriores.
- D) Despesas e Receitas Financeiras.
- E) Despesas Operacionais.

18. Não é uma conta credora:

- A) Juros passivos.
- B) Duplicatas descontadas.
- C) Amortização acumulada.
- D) Vendas.
- E) Alugueis a pagar.

19. Determinada empresa pretende realizar a depreciação de um bem pelo método das quotas constantes. Valor contábil do bem R\$ 100.000,00; foi determinado o valor residual de R\$ 50.000,00; a vida útil do bem é de cinco anos. Assim, o valor depreciável e o valor da depreciação anual, são, em reais, respectivamente:

- A) 100.000,00 e 20.000,00.
- B) 50.000,00 e 50.000,00.

- C) 50.000,00 e 20.000,00.
- D) 50.000,00 e 10.000,00.
- E) 100.000,00 e 10.000,00.

20. Determinada empresa realizou lançamento contábil de compra de mercadorias para venda por R\$ 100.000,00 mediante cheque para 60 dias. Tal lançamento acarreta:

- A) Um débito na conta de estoques e um crédito em conta de passivo de fornecedores.
- B) Alteração no lucro da empresa, mesmo antes da venda.
- C) Registro em conta redutora do lucro operacional.
- D) Um débito na conta de estoques e um crédito em conta banco.
- E) Um débito na conta de despesa e um crédito em conta banco.

21. A técnica contábil usada no registro dos fatos contábeis, no controle do patrimônio e nas variações desse patrimônio, por meio de lançamentos destinados ao registro das operações que o afetam, é:

- A) Avaliação.
- B) Auditoria.
- C) Demonstração.
- D) Escrituração.
- E) Análise.

22. As dotações da Lei Orçamentária Anual do Tribunal de Justiça do Piauí destinadas à construção do seu edifício sede, com aumento dos benefícios econômicos do ativo, e à construção de um prédio onde funcionará o Juizado Especial em um município, classificam-se, respectivamente, com os seguintes códigos de categoria econômica e nomenclatura do grupo de natureza da despesa:

- A) 3, Investimentos; 3, Inversões Financeiras.
- B) 3, Inversões Financeiras; 4, Inversões Financeiras.
- C) 3, Despesas de Custeio; 4, Transferências de Capital.
- D) 4, Investimentos; 4, Transferências de Capital.
- E) 4, Investimentos; 4, Investimentos.

23. O período de vigência do PPA é:

- A) 1 ano
- B) 2 anos
- C) 3 anos
- D) 4 anos
- E) 5 anos

24. Marque a alternativa que **não representa** campo de aplicação da Contabilidade:

- A) ONG.
- B) Pessoa física que possua patrimônio.
- C) Pessoa sem patrimônio.
- D) Microempresas.
- E) Prefeituras.

25. Patrimônio Líquido é o mesmo que:
- A) Reservas.
 - B) Origens dos recursos.
 - C) Fornecedores.
 - D) Passivos totais.
 - E) Recursos de terceiros.
26. Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição qualquer. Esta afirmativa está diretamente relacionada com o princípio da:
- A) Prudência.
 - B) Competência.
 - C) Oportunidade.
 - D) Continuidade.
 - E) Entidade.
27. O Balanço Público que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício é:
- A) Balanço Orçamentário.
 - B) Balanço Financeiro.
 - C) Balanço Patrimonial.
 - D) Demonstração das Variações Patrimoniais.
 - E) Demonstração do Resultado do Exercício.
28. É correto afirmar sobre **restos a pagar** que:
- A) integram as receitas não previstas em lei.
 - B) constituem despesas de exercícios anteriores não empenhadas na época própria.
 - C) compreende dívida flutuante, excluídos os serviços da dívida.
 - D) compreendem despesas do exercício em que forem pagos.
 - E) compõem a dívida pública fundada.
29. A despesa realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí com a aquisição de *hardware* para uma unidade judiciária deve ser classificada como:
- A) Investimento.
 - B) Inversão Financeira.
 - C) Obras Públicas.
 - D) Equipamentos e Instalações.
 - E) Despesas Correntes.
30. A determinação "a lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à previsão das receitas e à fixação das despesas.", está contida no Princípio da:
- A) Unidade.
 - B) Universalidade.
 - C) Singularidade.
 - D) Exclusividade.
 - E) Competência.
31. Marque a opção que completa corretamente a frase abaixo:
- O _____ se trata de uma suplementação orçamentária que tem por objetivo atender despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- A) crédito orçamentário.
 - B) recurso público.
 - C) empenho da despesa.
 - D) crédito adicional.
 - E) crédito financeiro.
32. As disposições contidas nas peças orçamentárias só têm validade após a sua publicação oficial. Isso garante que as informações orçamentárias estarão disponíveis a todos os interessados. Trata-se do princípio orçamentário da(o):
- A) unidade ou totalidade.
 - B) universalidade.
 - C) exclusividade.
 - D) publicidade.
 - E) transparência.
33. Não compreende uma fase do ciclo orçamentário:
- A) execução e acompanhamento.
 - B) elaboração.
 - C) licitação.
 - D) controle e avaliação.
 - E) apreciação legislativa.
34. Conforme MCASP, **não corresponde** a uma etapa da receita pública orçamentária:
- A) lançamento.
 - B) arrecadação.
 - C) recolhimento.
 - D) previsão.
 - E) planejamento.
35. É o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para manutenção das atividades dos órgãos da administração pública. Refere-se ao conceito de:
- A) despesa corrente.
 - B) despesa de capital.
 - C) orçamento público.
 - D) receita pública.
 - E) despesa pública.
36. Conforme MCASP, 6ª Edição, a **classificação funcional** da despesa compreende :
- A) órgão e unidade orçamentária.
 - B) função e subfunção.
 - C) fonte e destinação de recursos.
 - D) programa e ação orçamentária.

- E) orçamentária e extraorçamentária.
37. Considerando o MCASP, o suprimento de fundos é um regime de adiantamento para a realização de despesas. Sobre esse tema, assinale a **alternativa falsa**.
- A) Compreende a entrega de numerário a servidor para realização de despesa pública
- B) O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas.
- C) Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.
- D) A lei de licitações não permite esse tipo de contratação.
- E) É necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento.
38. Acerca dos Princípios da Contabilidade, assinale a opção que corresponde ao Princípio da Oportunidade:
- A) O Princípio da Oportunidade determina quando as alterações no ativo ou no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do Princípio da Competência.
- B) O Princípio da Oportunidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.
- C) O Princípio da Oportunidade determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.
- D) O Princípio da Oportunidade impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais da Contabilidade.
- E) A observância do Princípio da oportunidade é indispensável à correta aplicação do Princípio da competência, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais, à formação do resultado e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.
39. João Miguel, empresário teresinense, decidiu contratar Pedro Guilherme, contador, para registrar as operações da empresa, Comércio S&A. Ao apresentar

os documentos hábeis para registro, surgiram alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais. Desse modo, João Miguel demonstrou interesse que o contador escriturasse todas as mutações patrimoniais a maior, no intento de aumentar o ativo da empresa. De pronto, foi negado por Pedro Guilherme, tendo em vista o descumprimento de um dos princípios fundamentais da Contabilidade.

Ante o exposto, assinale a alternativa que corresponde ao princípio que seria infringido:

- A) Princípio da Oportunidade.
- B) Princípio da Entidade.
- C) Princípio da Prudência.
- D) Princípio do Registro pelo Valor Original
- E) Princípio da Competência.

40. No que tange às escriturações contábeis, as Normas Brasileiras de Contabilidade estabeleceram que a entidade deve manter sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, através de processo manual, mecanizado ou eletrônico.

Assinale a alternativa que não corresponde à forma correta de escrituração:

- A) em idioma e moeda corrente nacionais.
- B) em forma contábil.
- C) em ordem cronológica de dia e mês.
- D) com ausência de espaços em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens.
- E) com base em documentos de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

41. Na condução da auditoria de demonstrações contábeis, assinale a alternativa que contém os objetivos gerais do auditor:

- A) Obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente de causadas por fraude ou erro.
- B) Expressar sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- C) Apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas NBCs TA, em conformidade com as constatações do auditor.
- D) Aumentar o grau de confiança dos usuários da auditoria em relação aos documentos, informações, controles, procedimentos etc. da entidade administrativa.
- E) Todas as alternativas estão corretas

42. O auditor Pedro Augusto foi contratado para averiguar as demonstrações contábeis da empresa Compra e Venda LTDA, a fim de obter segurança razoável de que as mesmas estão livres de distorção relevante.

Ao iniciar os trabalhos, Pedro Augusto constatou uma incorreção no registro contábil de compra de material para estoque provocada por colaborador, devido ao excesso de atividades desenvolvidas.

De acordo com as normas de auditoria, a conduta do colaborador pode ser classificada como:

- A) Fraude.
- B) Erro.
- C) Distorção tolerável.
- D) Omissão.
- E) Amostra.

43. A auditoria interna é caracterizada pela atividade de avaliação estabelecida ou fornecida como serviço para a entidade. Suas funções incluem, dentre outras: exame, avaliação e monitoramento da adequação e efetividade do controle interno (item 7, da NBC TA 610).

Dentre as atividades desenvolvidas pela auditoria interna, assinale a incorreta:

- A) Monitoramento do controle interno.
- B) Exame das informações contábeis e operacionais.
- C) Revisão das atividades operacionais.
- D) Expressar opinião autônoma sobre as demonstrações contábeis.
- E) Gestão de risco.

44. "São os recursos financeiros que se encontram à disposição imediata da entidade, compreendendo os meios de pagamento em moeda e em outras espécies, os depósitos bancários à vista e os títulos de liquidez imediata". A respeito da composição do Balanço Patrimonial, assinale a alternativa que corresponde ao conceito aqui apresentado:

- A) Estoque.
- B) Investimento.
- C) Ativo Diferido.
- D) Disponibilidade.
- E) Realizável a Longo Prazo.

45. Na demonstração do Resultado do Exercício, as DEVOLUÇÕES DE VENDAS são classificadas em:

- A) Custo das Vendas.
- B) Deduções da Receita Bruta.
- C) Despesas Operacionais.
- D) Despesas Financeiras Líquidas.
- E) Outras Receitas e Despesas.

46. Dentre os livros contábeis obrigatórios da entidade está o Livro Razão, assinale a alternativa que descreve corretamente a função deste livro:

- A) Escritura todas as operações que envolvam bens numerários. O seu registro é feito em ordem cronológica, ou seja, de acordo com as movimentações decorrentes de suas atividades.
- B) Registra a quantidade e o valor dos produtos, mercadorias, matérias-primas e demais bens em almoxarifado que estejam disponíveis na data do balanço patrimonial elaborado no período.
- C) Controla, de maneira individual, o saldo de todas as contas patrimoniais que foram descritas no Livro Diário. Dessa forma, é possível conhecer todos os registros contábeis que possam estar em aberto.
- D) Realiza o lançamento de todas as movimentações contábeis existentes em uma empresa. Nesse livro, é descrito tudo o que altera a situação patrimonial de uma organização.
- E) Registra os documentos fiscais relacionados a empresas que exerçam atividades sujeitas a apuração de ISS (Imposto Sobre Serviço).

47. Sobre a Lei Orçamentária Anual (item III, art. 165, Constituição Federal 1988), julgue os itens a seguir:

I. O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

II. A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento de investimento, o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional;

III. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

- A) Apenas o item I está correto.
- B) Os itens I e II estão corretos
- C) Os itens I e III estão corretos.
- D) Os itens II e III estão corretos.
- E) Todos os itens estão corretos.

48. De acordo com Dicionário Aurélio, o orçamento é a *discriminação da receita e da despesa da administração pública, para o exercício seguinte*. No entanto, a Lei Orçamentária Anual pode sofrer alterações no decorrer do exercício por meio dos chamados Créditos Orçamentários Adicionais. Eles podem ser destinados para:

- I. Reforço de dotação orçamentária;
- II. Despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III. Despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

De acordo com os conceitos acima, classifique-os, respectivamente:

- A) Especiais, Suplementares e Extraordinários.
- B) Antecipação de Receita Orçamentária, Suplementares e Especiais.
- C) Extraordinários, Especiais e Suplementares.
- D) Suplementares, Especiais e Extraordinários.
- E) Suplementares, Extraorçamentário e Especiais.

49. Dentre os diversos tipos de orçamento que o Estado pode realizar, marque a alternativa que corresponde ao modelo adotado no Brasil conforme determinação da Lei nº 4.320/1964:

- A) Orçamento tradicional.
- B) Orçamento de desempenho.
- C) Orçamento-programa.
- D) Orçamento participativo.
- E) Orçamento incremental.

50. Os princípios contábeis são aplicáveis à Contabilidade no seu sentido mais amplo e, também, devem ser observados na concepção e execução dos orçamentos.

O princípio que informa que todas as receitas e despesas da Administração Pública dos órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social devem constar numa única lei orçamentária, consiste no:

- A) Princípio da legalidade.
- B) Princípio da unidade ou totalidade.
- C) Princípio da universalidade.
- D) Princípio da anualidade.
- E) Princípio da exclusividade.